

O EMPRESARIADO, DEFIM NETTO E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Pedro Henrique Pedreira Campos¹


Resumo. Os estudos sobre o papel desempenhado pelo empresariado durante a ditadura civil-militar brasileira têm proliferado nos últimos anos. Nessa interface entre empresários e o regime, ganha destaque a figura de Antônio Delfim Netto, economista de relevante trajetória acadêmica, ligado a diferentes organizações corporativas e agente fundamental na condução da política econômica durante a ditadura. Baseado em fontes primárias produzidas no período e bibliografia especializada, verificamos que Delfim estava ligado ao grande capital nacional e estrangeiro, com destaque para a fração industrial paulista, não à toa privilegiada pelas políticas públicas nos períodos em que ele foi ministro. Adotando uma abordagem marxista gramsciana, entendemos que Delfim se portava como um intelectual orgânico da classe dominante brasileira durante a ditadura, sendo expressão do poder empresarial no regime.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira (1964-1988); Empresariado; Antônio Delfim Netto; Intelectual orgânico

THE BUSINESS COMMUNITY, DEFIM NETTO AND THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Abstract. Studies on the role played by the business community during the Brazilian civil-military dictatorship have proliferated in recent years. In this interface between businessmen and the regime, the figure of Antônio Delfim Netto stands out, an economist with a relevant academic background, linked to different corporate organizations and a key agent in the conduct of economic policy during the dictatorship. Based on primary sources produced in the period and specialized bibliography, we found that Delfim was linked to the great national and foreign capital, with emphasis on the São Paulo industrial fraction, not for nothing privileged by public policies when he was a minister. Adopting a Gramscian Marxist approach, we understand that Delfim behaved like an organic intellectual of the Brazilian ruling class during the dictatorship, being an expression of business power in the regime.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship (1964-1988); Business community; Antônio Delfim Netto; Organic intellectual

¹ Professor de História da UFRRJ.  <https://0000-0002-9280-3649>. E-mail: phpcampos@yahoo.com.br.

**LOS EMPRENDEDORES, DEFIM NETTO Y DICTADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEÑA**

Resumen. Los estudios sobre el papel desempeñado por la comunidad empresarial durante la dictadura civil-militar brasileña han proliferado en los últimos años. En esta interfaz entre los empresarios y el régimen, se destaca la figura de Antônio Delfim Netto, un economista con antecedentes académicos relevantes, vinculado a diferentes organizaciones corporativas y un agente fundamental en la conducción de la política económica durante la dictadura. Con base en fuentes primarias producidas en el período y bibliografía especializada, encontramos que Delfim estaba vinculado a la gran capital nacional y extranjera, con énfasis en la fracción industrial de São Paulo, por nada privilegiado por las políticas públicas en los períodos en que era ministro. Adoptando un enfoque marxista gramsciano, entendemos que Delfim se comportó como un intelectual orgánico de la clase dominante brasileña durante la dictadura, siendo una expresión del poder empresarial en el régimen.

Palabras clave: Dictadura civil-militar brasileña (1964-1988); Emprendimiento; Antônio Delfim Netto; Intelectual orgánico

Apesar de não apontar para um horizonte de punição dos criminosos responsáveis pelo terror de Estado implantado nos anos da ditadura civil-militar (1964-1988), uma das boas consequências dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2011 e de suas congêneres em outros níveis governamentais e em organizações, foi trazer à tona importantes debates sobre aquele período. Dentre as boas "feridas" reabertas, vimos a retomada da discussão pública sobre a participação civil no regime ditatorial, particularmente em sua faceta expressa no segmento empresarial.

Um dos emblemas dessa participação empresarial no regime instituído em 1964 é a figura do economista Antônio Delfim Netto. Ministro durante diferentes governos da ditadura, Delfim era ligado a vários empresários e organizações da classe dominante brasileira, sendo uma espécie de emblema da expressão da dimensão "civil" do regime. Por conta dessa relação umbilical do ministro tanto com a ditadura como com o empresariado, seu nome foi cogitado diversas vezes para depor na Comissão Nacional da Verdade e nas comissões regionais e setoriais semelhantes.

Em junho de 2013, o ex-super-ministro da ditadura foi convocado para prestar depoimento na Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, para explicar as denúncias de que teria organizado "caixinhas" entre empresários para organizar a repressão à esquerda armada em São Paulo. Diante das acusações, Delfim afirmou desconhecer as torturas no período e alegou nada conhecer acerca da arrecadação de recursos para financiar a perseguição de grupos guerrilheiros: "Eu não sei de nada disso. Vocês deveriam perguntar para o Elio Gaspari, que é um grande jornalista." (O ESTADO DE S. PAULO, 2013) Apesar de alegar isso e também que "o empresariado não tinha nenhuma relação na política da época" (FOLHA DE S. PAULO, 2013), todos indícios apontam para o contrário, que os grupos empresariais tinham em Delfim uma espécie de ponto de referência e elo entre esses grupos econômicos e o aparato militar e repressivo do regime.

O propósito deste artigo é problematizar os pontos de interface de Delfim Netto com o empresariado e, tendo em vista essas relações, analisar a sua atuação na ditadura civil-militar brasileira. Para proceder tal investigação, acessamos a bibliografia especializada que se detém sobre o ministro e o regime, além de fontes primárias,

formadas sobretudo por periódicos publicados na época, memórias de agentes que viveram durante aquele período, além de documentos oficiais que expressam as políticas públicas aplicadas enquanto Delfim exercia o papel de ministro ou cumpria outras funções em diferentes agências do aparelho de Estado. Trabalhamos com a hipótese de que Delfim Netto detinha a posição de um intelectual orgânico da classe dominante brasileira durante a ditadura, sendo ao mesmo tempo, um professor acadêmico de respeitado renome, um agente bastante ligado a figuras e organizações do empresariado brasileiro, com quem tinha eventualmente até relações de sociedade, além de executar medidas e políticas estatais que contemplavam os interesses dos agentes econômicos para os quais o ministro cumpria um papel de organizador e representante. Entendemos que estudar a figura e trajetória de Delfim Netto, tendo em vista o poder e autoridade que o ministro acumulou ao longo do regime, ajuda a entender melhor o perfil e conteúdo social da ditadura brasileira.

Dividimos o texto em três partes. Na primeira, procedemos certas reflexões teórico-metodológicas para a abordagem de Delfim Netto enquanto um intelectual orgânico, além de fazer um breve levantamento acerca da produção bibliográfica já produzida acerca da sua trajetória. Em seguida, na parte principal do texto, abordamos o percurso de Delfim Netto, enfatizando sua interface com o empresariado, além de indicar sua atuação enquanto professor universitário e agente responsável por posições de mando para a execução de políticas públicas durante a ditadura, tentando perceber como nessas posições Delfim se relacionava com os grupos econômicos privados e seus dirigentes. Por fim, problematizamos a condição de classe de Delfim, ao abordar o caso específico do seu envolvimento com o relatório Saraiva, identificando no caso como Delfim se colocava muitas vezes como sócio de projetos empresariais privados.

Subsídios teórico-metodológicos e historiografia:

Antes que Antonio Gramsci elaborasse o conceito de intelectual orgânico, Marx e Engels apresentaram uma reflexão que em parte adiantava certos elementos da

categoria gramsciana, quando os dois autores alemães tratavam da questão da ideologia:

A divisão do trabalho, de que já tratamos acima como uma das forças principais da história até aqui, expressa-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, de tal modo que, *no interior desta classe, uma parte aparece como os pensadores desta classe (seus ideólogos ativos, conceptivos, que fazem da formação de ilusões desta classe a respeito de si mesma seu modo principal de subsistência), enquanto que os outros relacionam-se com estas ideias e ilusões de maneira mais passiva e receptiva*, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm pouco tempo para produzir ideias e ilusões acerca de si próprios. (MARX; ENGELS, 1986 [1846], p. 20) [grifo nosso]

Dessa forma, já em meados do século XIX, os dois fundadores do materialismo histórico apontavam para uma divisão no seio da classe dominante entre os formuladores ativos das ideias de uma classe e os seus membros mais passivos, que apoiavam e aderiam a essas formulações e projetos.

Foi a partir dessas elaborações que o pensador marxista italiano Antonio Gramsci desenvolveu sua conceituação de intelectual. Diferenciando intelectual orgânico do intelectual tradicional, Gramsci afirmou que “[t]odos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2006 [1932], p. 18) O autor explica qual é a função que distingue o intelectual orgânico: “A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata [...], é mediatizada, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são os funcionários.” (GRAMSCI, 2006 [1932], p. 20) Assim, o intelectual orgânico opera como um organizador das ideias de uma determinada classe social ou fração, fazendo-o muitas vezes no âmbito da sociedade civil, a partir dos aparelhos privados de hegemonia. Os intelectuais não seriam um grupo à parte da sociedade, mas uma função existente nas classes e frações, sendo que ele dá também a direção do grupo no qual está inscrito. O líder do Partido Comunista Italiano afirmou ainda que:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 2006 [1932], p. 15)

Partindo justamente de uma perspectiva marxista gramsciana, Sonia Regina de Mendonça afirma que a análise de uma política estatal não pode ser esgotada na abordagem da figura individual do ministro ou então em uma leitura apenas do discurso oficial e das determinações legais. Entendendo que, para a compreensão das políticas de Estado, deve-se ater não apenas na sociedade política, mas também na sociedade civil, suas formas de organização, projetos e pautas, Mendonça indica que o mesmo vale para a leitura acerca da política de um ou outro ministério:

Assim, para analisar o caso do Brasil, é preciso ir além da suposição corrente de que o Ministério da Fazenda identifique-se a um Ministro, ou que o Estado brasileiro seja o próprio presidente. Há que verificar-se, por exemplo, a que grupos organizados da sociedade civil estão eles ligados? Quais os interesses destes grupos? Quais os demais grupos da sociedade civil que possuem representantes, ainda que em posição não hegemônica, dentro de cada órgão? Somente assim será possível explicar porque de determinada política pública e não outra; ou ainda o porque de duas políticas distintas superpostas, emanadas de órgãos do Estado distintos. (MENDONÇA, 1998, p. 22)

Como veremos adiante, as ligações de Delfim Netto com os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante brasileira eram evidentes e intensas. Verificaremos também que, apesar da ligação do ministro com várias associações de diferentes setores da burguesia brasileira, havia certa hierarquia nessas relações, o que parecia ser bastante relevante para a compreensão das políticas estatais.

Já foi produzida uma quantidade razoável de pesquisas sobre Delfim Netto, incluindo dissertações de mestrado (HESPANHOL, 2017; MARINELI, 2017; ROSA, 2015; MAGALHÃES, 2019), além de artigos em revistas científicas (MACEDO, 2001; KLÜGER,

2018). Analisando a trajetória do ex-ministro, sua produção acadêmica e trajetória institucional, esses estudos lançam luz sobre o pensamento econômico de Delfim, principalmente na época em que ele foi professor da FEA da USP. Apesar de menções e indicações, a maior parte desses estudos não reserva um espaço muito significativo para a aproximação de Delfim com os empresários e suas organizações, o que está disperso em uma série de outros trabalhos e pode ser apreendido também a partir do exame de fontes primárias produzidas durante a ditadura.

Delfim Netto e o empresariado brasileiro:

O avô de Delfim nasceu na Calábria, onde exercia a profissão de pedreiro, antes de vir bem jovem ao Brasil. De origem humilde, Delfim trabalhou desde os 14 anos de idade para compor a renda doméstica (MAYER; LEMOS; CORRÊA, 2001). Ele alega que almejava cursar Engenharia na USP, mas como esse era um curso diurno e ele não poderia abdicar do trabalho para estudar, fez o curso de Economia, que era noturno e conciliável com o seu trabalho no Departamento de Estradas de Rodagem do estado de São Paulo (DER-SP). Delfim ingressou como estudante na USP em 1948, concluindo o curso em 1951. Com trajetória meteórica na instituição, já era professor da universidade em 1952. Em 1958, defendeu a sua tese de cátedra, “O problema do café no Brasil”, um estudo vigoroso sobre o tema e que ganhou notoriedade no meio acadêmico e também empresarial. Depois, em 1962, defendeu a tese de doutorado “Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento” (MAGALHÃES, 2019). Nos debates sobre a história do pensamento econômico brasileiro, há uma controvérsia sobre a definição de Delfim. Ricardo Bielschowsky defende que ele era um desenvolvimentista, transitando entre uma posição nacionalista e não-nacionalista, mas outros autores situam-no em outras posições, com o uso de denominações diversas. Além da importância da produção intelectual de Delfim, no meio acadêmico ele ganhou projeção por buscar uma inserção institucional. Ele era bastante envolvido com entidades de economistas, como a Ordem dos Economistas de São Paulo e o Instituto de Pesquisa Econômica, e participou

de um grupo renovador na USP que se aliou ao professor de Sociologia Fernando Henrique Cardoso para se candidatar à direção da instituição na segunda metade da década de 1950 (MOURA; MONTEIRO, 2009).

Além da atuação de Delfim como economista e professor da USP, ele passou a desenvolver intenso diálogo e parceria com organizações do empresariado, sobretudo o paulista. Assim, Delfim atuava realizando consultorias para organizações como a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Outra organização importante da qual Delfim fez parte e atuou intensamente foi a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (Anpes), formada em 1964 e que reunia empresários e políticos do estado de São Paulo, sendo ele diretor da instituição entre 1964 e 1966. Além disso, ele contribuía com textos para as publicações de entidades corporativas. Assim, a ACSP, organização fundada em 1894, mantinha, desde 1944, o periódico *Digesto Econômico*. Apenas entre 1957 e 1959, Delfim publicou um total de sete artigos nessa revista, versando sobre temas como o café, comércio exterior e inflação. Delfim contribuía também com a *Revista do Mercado*, que era mantida pela Bolsa de Comércio do Algodão (MAGALHÃES, 2019).

Não só as organizações do empresariado industrial e comercial contavam com a presença e colaboração de Delfim Netto. Ele se envolveu também com as organizações empresariais que tiveram papel relevante no golpe de Estado de 1964. Assim, Delfim atuou como ativo colaborador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de São Paulo (Ipes-SP). Essa organização foi fundada em 1961 e tinha uma composição empresarial-militar, com sedes no Rio, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e outras localidades. Atuando em parceria com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), o Ipes desenvolvia uma série de ações no sentido de desestabilizar o governo João Goulart, fomentar um pensamento liberal e anti-comunista no país, além de ter participado ativamente do golpe de 1964 e da elaboração das diretrizes e projetos de reformulação do Estado capitalista brasileiro e das políticas públicas que em parte vieram a ser postas em prática a partir do governo Castelo Branco (1964-1967). No Ipes, Delfim atuou elaborando estudos, desenvolvendo projetos e propostas de políticas em alguns setores

e lá se juntou a outros intelectuais orgânicos que vieram a ter protagonismo na condução da política econômica durante a ditadura, como Octávio de Gouvêia Bulhões, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen (DREIFUSS, 1981).

A atuação no Ipes e a proximidade com Golbery do Couto e Silva levaram-no a ser indicado para a Secretaria de Fazenda do estado de São Paulo, no governo Laudo Natel, imposto pela ditadura após a cassação de Adhemar de Barros, em 1966. Sua gestão no governo paulista teve diretrizes diversas das políticas da dupla Campos-Bulhões, fazendo com que a descontente burguesia paulista se reunisse em torno dele em oposição às políticas vigentes em nível nacional. Em sua curta atuação à frente da secretaria estadual de fazenda paulista, Delfim foi responsável por medidas como a criação da Companhia Elétrica do Estado de São Paulo (Cesp), nova empresa estatal formada a partir da fusão de empresas regionais do estado como Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (Cherp), Companhia Elétrica de Urubupungá (Celusa) e Usinas Hidrelétricas do Paranapanema (Uselpa). A nova empresa estadual possuía uma capacidade técnica e de capital bastante robusta, o que a permitiria contratar a construção de grandes usinas de energia, além de obras elétricas de grande porte, atendendo justamente aos interesses de grandes construtoras e empresas que atuavam no setor, bastante próximas de Delfim (ALMEIDA, 1980; CAMPOS, 2014). A atuação de Delfim no setor elétrico, no entanto, era mais antiga do que isso. Durante o governo estadual Carvalho Pinto em São Paulo (1959-1963), Delfim foi diretor de uma das divisões da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), que foi responsável pela elaboração de uma série de projetos de empreendimentos de infraestrutura, inclusive usinas hidrelétricas, na bacia hidrográfica presente no limite do território paulista (MAGALHÃES, 2019).

Com a escolha de Artur da Costa e Silva para a sucessão presidencial, Delfim Netto foi indicado para o Ministério da Fazenda, o que representava uma resposta à pressão dos organismos empresariais contra as políticas restricionistas do Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), da administração Castelo Branco (1964-1967). Sua indicação teve a chancela de associações do empresariado, como admite o próprio Delfim, em entrevista concedida ao jornalista Luiz Maklouf de Carvalho:

É fato que o David Nasser indicou meu nome para o presidente eleito, general Costa e Silva, para participar de uma série de seminários organizada no Rio de Janeiro, na qual se discutia a atualidade econômica do país. Eu era secretário da Fazenda do governo Laudo Natel e fui convidado para fazer uma exposição sobre o papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro. Sei também que o presidente pediu a opinião do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rui Gomes de Almeida. (CARVALHO, 2001, p. 462)

Quando da nomeação para o Ministério da Fazenda, Antonio Carlos Osório, da mesma ACRJ, escreveu o artigo “A empresa no poder”, indicando que os interesses empresariais estariam mais representados na nova gestão. Já no discurso de posse, Delfim defendeu a reorientação da política econômica e a prioridade para o desenvolvimento. A guinada das políticas estatais no período Delfim ficou evidente já desde o início do novo governo, quando foi lançado o “Programa Estratégico de Desenvolvimento”, elaborado pelo ministro da Fazenda e o do Planejamento, Hélio Beltrão. O documento criticava o Paeg pelo seu excessivo foco no combate à inflação e pela elevação da carga tributária para as empresas, propondo o desenvolvimento como meta primordial da política econômica. Os posteriores “Metas e Bases da Ação do Governo”, de setembro de 1970, e “I Plano Nacional de Desenvolvimento”, de dezembro de 1971, reforçavam essa tendência, traçando objetivos macroeconômicos ainda mais ousados, voltados para o crescimento da produção e desenvolvimento da tecnologia de ponta (RIBEIRO, 2003). A reorientação na política ficou clara já no primeiro ano do governo Costa e Silva, com a liberação do crédito e de verbas para investimentos e obras. Não à toa os empresários da indústria da construção pesada se referem ao ano de 1967 como a “retomada” (FUNDAÇÃO..., 1984). Apesar do contentamento proporcionado pelas suas primeiras medidas à frente do ministério, seu excessivo vínculo com o empresariado paulista gerava certas desconfianças conforme relato do próprio Delfim: “Eu não conhecia ninguém, e aquela burguesia carioca não aceitava um ministro paulista.” (GASPARI, 2003, p. 271)

Antônio Delfim Netto fez uma escalada em seu poder pessoal nos anos seguintes, até ter amplo controle sobre diversas agências estatais e a política econômica. Com as

injunções políticas até 1974, sobretudo em 1968 com o AI-5 e, em 1969, com a doença de Costa e Silva e escolha de Médici para a presidência, o poder do ministro só fez aumentar, sendo que, para tal, ele usou a projeção que possuía no Conselho Monetário Nacional (CMN), criado com a reformulação do sistema financeiro nacional durante o governo Castelo Branco (VIANNA, 1987). Essa ampla autoridade de Delfim fez com que ele fosse tido como o responsável pelo afastamento de ministros que não confluíam com suas ideias e propostas, como o ministro da Agricultura, defensor da orientação da produção nacional para o abastecimento do mercado interno mais do que para exportação e que se desentendeu com Delfim acerca do preço da carne; e o ministro da Indústria e Comércio, que divergia de sua orientação de política para o café; além do poderoso ministro do Interior, Afonso Augusto de Albuquerque Lima, que protestou contra a centralização de recursos na União, afirmando que isso seria danoso aos estados e municípios mais pobres (GASPARI, 2003).

Dessa forma, nas suas gestões na Fazenda (1967-1974) e no Planejamento (1979-1985), o ministro centralizou funções de política econômica em suas mãos. Teve amplo controle sobre o Banco Central e os outros bancos públicos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e projeção sobre toda área econômica através do CMN. Delfim Netto participou da reunião de 13 de dezembro de 1968 do Conselho de Segurança Nacional, que definiu a promulgação do Ato Institucional número 5. Na sessão, após a fala do ditador Artur da Costa e Silva, Delfim solicitou a palavra e fez um pronunciamento, registrado nos autos da reunião, que foi gravada:

Estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que esse país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez. (DELFIN Netto *apud* GASPARI, 2002, p. 336)

Assim, Delfim propunha que se usasse o ato de exceção para que o presidente da República legislasse em matéria econômica e tributária. A proposta foi elogiada pelo

presidente Costa e Silva e o ministro aproveitou o Congresso fechado para determinar medidas como o decreto 64.345, de 10 de abril de 1969, que instituiu a reserva de mercado para todas obras públicas realizadas no país. O decreto criava uma reserva institucional do mercado, no qual as obras públicas contratadas pela União, estados e municípios só poderiam ser realizadas por “pessoas jurídicas, regularmente constituídas no país, [que] tenham aqui sua sede e foro, esteja sob controle acionário de brasileiros natos ou naturalizados, residentes no País” (BRASIL, 1969). Assim, construtoras estrangeiras estavam proibidas de serem contratadas em empreendimentos demandados por órgãos públicos a não ser em casos excepcionais (CAMARGOS, 1993).

Outras ações tomadas pela equipe econômica por decreto e com o parlamento fechado foram a centralização dos recursos do orçamento na União, com corte no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 20% para 10% das receitas da União (VIANNA, 1987). A medida levou à demissão voluntária do ministro Albuquerque Lima, que entendia que a decisão lesava os estados mais pobres da federação (GASPARI, 2002A). Mário Maestri entendeu essa medida como uma “expropriação-centralização federal das rendas dos estados e municípios” (MAESTRI, 2006, p. 112). De acordo com Ernesto Geisel, Delfim era “muito centralizador” e “tomava conta da área econômica e financeira”, sendo que Médici acatava tudo que ele queria fazer (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 220-222). Seu poder sobre outras áreas do governo foi a própria expressão do poder empresarial no regime, em especial da burguesia industrial paulista, hegemônica sobre outras frações da classe dominante brasileira no bloco no poder durante o período.

O efeito da nova política estatal foi um ciclo de intensa expansão econômica, evidenciada nas taxas de dois dígitos auferidas no crescimento do produto interno nos seis anos posteriores ao início do governo Costa e Silva. O chamado “milagre” foi um período de crescimento econômico com cifras sem paralelo na história do país e cujo modelo trazia certa continuidade com o implantado desde 1955, sob liderança do setor de bens de consumo duráveis, controlado pelo capital multinacional, e dependente da liquidez internacional (MENDONÇA, 1985). A economia brasileira se aproveitava dos últimos momentos do ciclo de expansão da economia capitalista internacional, em vigor

desde o fim da II Guerra Mundial e que se apresentava ao país com crédito abundante a taxas de juros módicas, além de expressiva disponibilidade de capital para investimentos. A elevação da produção foi generalizada na economia, mas foi pilotada pela indústria, setor mais beneficiado pelas políticas estatais, sendo que o crescimento da produção no Departamento III (setor da indústria responsável pela produção de bens de consumo duráveis) não foi acompanhada pelo Departamento I (produtor de bens de capital), levando a uma “dessubstituição de importações” (OLIVEIRA, 2003 [1972], p. 98), com a volta da importação de aço, máquinas, cimento e outros insumos que antes estavam em situação de auto-suficiência. Os resultados macroeconômicos, que incluíam uma redução do desemprego e do emprego informal, deram força e legitimidade a Delfim e ao presidente da República, garantindo uma popularidade a partir da qual se iniciaria o processo de transição política (PRADO; EARP, 2003).

Mesmo com o caráter relativamente curto do ciclo de alta da produção e da economia brasileira, que iria se desacelerar a partir de 1974, o período 1967-1973 se apresentou como um momento privilegiado para a acumulação capitalista no Brasil, sendo o setor industrial o mais beneficiado pela onda expansiva. Dentro desse quadro, os setores que lideraram o crescimento foram a indústria automobilística, a indústria da construção civil e as exportações (PRADO; EARP, 2003). A produção anual de automóveis no Brasil passou de um total de 148 mil unidades em 1964 para 500 mil em 1971 (FEVEREIRO, 2018) e a maior montadora brasileira, a Volkswagen, detinha um faturamento que perfazia aproximadamente 1% do PIB brasileiro nos anos 70 (DODT; ADERS, 2017). Ao longo da ditadura, o modelo rodoviário de transportes foi privilegiado e a frota nacional de veículos saltou de 1,8 milhões de unidades em 1964 para 10,8 milhões em 1980 (OLIVEIRA, 2019). A indústria da construção crescia intensamente com os financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado logo após o golpe, e o extenso programa de obras públicas que ativavam as empresas responsáveis pelos empreendimentos de infraestrutura, que teve na década de 1970 o seu melhor momento na história do país (CAMPOS, 2014). Por fim, as exportações chegavam a crescer o dobro do produto nacional, alcançando cifras de até 20% de expansão anual em meio ao significativo crescimento da demanda externa até 1973 (MENDONÇA,

1985). Além disso, na composição política de então, os empresários dispunham de uma posição privilegiada, com destaque para os empresários industriais, os empreiteiros de obras públicas e os grupos econômicos internacionais ou associados ao capital estrangeiro. Esses detinham uma força política bastante intensa e suas atividades eram privilegiadas nas políticas estatais então postas em prática.

Delfim foi celebrado pela grande burguesia enquanto ministro da Fazenda, pelos resultados macroeconômicos obtidos e pelo vigor gerado às empresas privadas pela política estatal. Foi 18 vezes capa da revista *Veja*, uma vez da *Newsweek América Latina* e outra no *Institutional Investor*. Havia projetos sugerindo sua candidatura para o governo do estado de São Paulo a partir de 1974 e para a presidência da República após 1979 (GASPARI, 2003). Seu sucesso representava o contentamento do empresariado industrial paulista e outras frações da burguesia com a estabilidade social imposta pela ditadura e o crescimento econômico no período do “milagre”.

Apesar do sucesso dos números da produção e da acumulação de capitais, o crescimento do período 1967-1973 foi acompanhado do aumento da desigualdade econômica, da dependência tecnológica e dos preços na economia. A produção se elevou sobretudo em bens de consumo acessíveis a estratos intermediários e elevados da sociedade, não atendendo na mesma medida às classes subalternas, que em geral não tinham rendimento suficiente para comprar automóveis e eletrodomésticos produzidos então. O próprio “milagre”, como destaca Paul Singer (1977), era fruto em boa medida de uma repartição disciplinada da renda. Além disso, as inversões em rodovias e hidrelétricas não eram acompanhadas de investimentos em saúde e educação e o número de desnutridos se elevou de 27 milhões em 1961-1963 (38% da população) para 71 milhões de pessoas (67% da população) em 1968-1975 (SILVA, 2000 [1990]). No final do ciclo de expansão, o nível de produção industrial estava saturado, levando a um desabastecimento da economia, que praticamente anulou a capacidade ociosa da indústria. Esse superaquecimento econômico levou à alta dos preços, parcialmente falseada pelo governo por interferência direta de Delfim, e que foi um dos motivos para o fracasso eleitoral da Arena em 1974. A fragilidade da dependência de liquidez internacional se evidenciou com a crise na economia capitalista internacional,

que afetou a continuidade do modelo, visto que as condições de crédito e juros no mercado internacional foram depreciadas a partir de 1973 e, sobretudo, após 1979 (OLIVEIRA, 1977).

Na sua gestão como ministro da Fazenda, Delfim Netto estava empenhado em reorientar a economia para o crescimento econômico e favorecer as atividades do empresariado industrial. Para a realização desses objetivos, o ministro encontrou a resistência de outros empresários, os banqueiros, que praticavam juros elevados em seus empréstimos ao setor produtivo. Após tentativas de persuasão moral pelo presidente do Banco Central, ele fez ameaças e críticas públicas àqueles empresários:

[...] Os banqueiros parecem ter-se encastelado num mundo à parte, preferindo erguer monumentos de ferro e cimento, ingressando na especulação imobiliária para construir uma Wall Street [no original] subdesenvolvida na Avenida Paulista, para escárnio da indústria, comércio e agricultura, cujas necessidades eles ignoram. (VISÃO, 1969 *apud* VIANNA, 1987, p. 169-70)

A crítica ao setor bancário e financeiro evidencia ao mesmo tempo a fração da burguesia à qual o ministro era mais relacionado e também a orientação da política econômica naquele momento, de incentivo à expansão produtiva.

Dias após a publicação da matéria, o ministro recebeu os banqueiros e afirmou: “Se eu tivesse enviado flores, os senhores não estariam aqui dispostos ao diálogo.” (VISÃO, 1969A *apud* VIANNA, 1987, p. 170) Havia sido cogitada a compra de bancos privados pelo setor público e uma atuação mais agressiva das instituições financeiras estatais, para derrubar as taxas de juros praticadas no mercado. Na mesma reunião, o ministro afirmou aos convidados: “As taxas de juros que os senhores estão cobrando tornou-se o mais grave problema nacional; a estes níveis nenhum investimento se tornará rentável e o desenvolvimento econômico murchará.” (VISÃO, 1969A *apud* VIANNA, 1987, p. 170) Fica evidente que as prioridades políticas colocadas pela administração de Delfim naquele momento correspondiam aos interesses do capital industrial.

Se houve situações de tensão com o setor bancário, em outras ocasiões Delfim atuou a favor do setor. Ele defendeu João Moreira Salles de perseguições do aparato da repressão do regime e o BC também atuava no mercado socorrendo bancos privados “em dificuldades”, como o Banco Português do Brasil e o Banco Mineiro do Oeste, sendo esse “praticamente dado de presente ao Bradesco” (GASPARI, 2003, p. 274).

Mesmo quando ministro, Delfim continuava frequentando a Fiesp, onde recolhia contribuições dos empresários para a Operação Bandeirantes (Oban), ação criada a partir de uma comissão geral de Inquéritos Policiais-Militares (IPM's), proposta no governo Costa e Silva pelo ministro da Guerra, general Jayme Portella. A Oban foi formada para centralizar o sistema de segurança, subordinado ao presidente da República, em julho de 1969. Seu orçamento era viabilizado por contribuições privadas, sendo que Luiz Macedo Quental, ligado a empreiteiras e à Light, pedia doações dos empresários paulistas. Na Fiesp, o ministro Delfim fez o mesmo pedido e conseguiu recursos de empresas nacionais como Camargo Corrêa, Folha de São Paulo, Ultragás (grupo Ultra), além de firmas internacionais como Nestlé, General Eletric, Mercedes-Benz, Siemens (BANDEIRA, 1975). Gaspari indica também que a Ford, a Volkswagen, o Banco Mercantil de São Paulo, a Light, a Supergel e outras empresas contribuíram com a repressão aos integrantes da resistência à ditadura. Consta que os empresários José Mindlin (Metal Leve) e Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim) teriam sido sondados para fornecer dinheiro e recusaram. A Oban era integrada por policiais e militares comandados inicialmente pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e praticava deliberadamente tortura e assassinatos, além de ter ligações com traficantes de drogas e bandidos (GASPARI, 2002A). Interessante notar que mesmo entre as empresas que financiavam o aparato do terror de Estado, havia uma preponderância de empresas industriais com sede em São Paulo, grupo que representava a base social principal de Delfim. Um dos dirigentes empresariais envolvidos com a Oban e figura bem próxima de Delfim Netto era Henning Boilesen, imigrante dinamarquês que foi diretor-presidente da Ultragás. Ele colaborava com a Oban e chegava a participar das sessões de interrogatório e tortura da operação. Boilesen foi “justiçado” pelos integrantes da resistência armada em 1971 em uma operação conduzida pelo Movimento

Revolucionário Tiradentes (MRT) e pela Ação Nacional Libertadora (ALN), cujos integrantes foram duramente perseguidos após a ação. Consta que o próprio Delfim Netto era um dos agentes cogitados como alvo de um atentado por parte da oposição armada à ditadura (MELO, 2012; JOFFILY, 2008).

Delfim Netto também era muito ligado a empresas de construção, em particular algumas de grande porte do estado de São Paulo. O ministro era próximo de Sebastião Camargo, dono da empreiteira Camargo Corrêa, a maior construtora do Brasil durante a ditadura. Era acusado de levar propinas nas obras tocadas pela empresa e acertar financiamentos para a empreiteira antes da concorrência. Representativo do elo da construtora com Delfim é o fato de que o livro de memórias do alto dirigente que chegou a ser presidente da empresa, Wilson Quintella, “Memórias do Brasil Grande”, no qual ele relata sua atuação à frente da empreiteira durante a ditadura, é prefaciado por Delfim em texto intitulado “O tempo dos empreendedores” (QUINTELLA, 2008). Para além da relação com Sebastião Camargo (dono da Camargo Corrêa), Delfim também era próximo de Eduardo Celestino Rodrigues, presidente da empreiteira paulista Cetenco, uma das maiores do país no período, sendo uma das cinco construtoras brasileiras responsáveis pela maior obra da ditadura, a hidrelétrica de Itaipu. Outros empresários do setor também eram simpáticos ao ministro. Sérgio Andrade, dono da construtora mineira Andrade Gutierrez, uma das maiores do país durante a ditadura, dava seguidas declarações de suporte ao ministro e, em meio à crise dos anos 80, afirmou que confiava em Delfim (O EMPREITEIRO, 1981). O ministro intermediou o projeto Jari, negócio que envolvia as quatro maiores empreiteiras do país - Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Norberto Odebrecht (GASPARI, 2003). Delfim tem declarações públicas elogiosas a Olacyr de Moraes, dono da empreiteira Constran, que prosperou durante a ditadura com obras públicas e plantação de soja e entrou em decadência após o regime, em meio a tensas negociações para a construção da estrada de ferro Leste-Oeste, a Ferronorte. Segundo Delfim, “Olacyr foi um visionário destruído por um estado desonesto” (VALOR, 2005, p. 5). Também Murillo Mendes, da empreiteira mineira Mendes Júnior foi objeto de elogios por parte de Delfim Netto, quando este se referiu à aproximação bilateral entre o Brasil e o Iraque durante a década de 1970:

Não só eu, mas vários ministros estiveram no Iraque para preservar as boas relações com o governo de Saddam Hussein. Essa relação, é importante dizer, tinha como fundação, como um dos pilares principais, a Mendes Júnior. O que Saddam não queria permitir era a interrupção das obras de construção da infra-estrutura do país. Ele estava modernizando o Iraque. A Mendes, que era o cartão de visitas do Brasil no Oriente Médio, ajudava a sustentar a importação de petróleo. (ATTUCH, 2003, p. 112)

Durante o governo João Batista Figueiredo, quando Delfim Netto cumpriu a função de ministro da Agricultura em 1979 e de secretário do Planejamento, entre 1979 e 1985, em um ambiente de crise política e econômica e com o fracionamento da classe dominante, o ministro não atingiu o mesmo consenso no seio do empresariado. Mesmo assim, ele alcançou, como antes, enorme poder sobre a política econômica, levando-o a ser conhecido novamente como o “czar da economia”. O ministro tinha sob seu controle direto 81,31% dos Cr\$ 1,888 trilhão referentes à “administração e planejamento” e “reservas e contingenciamento” do orçamento, ou seja, ele controlava os limitados recursos públicos administrados por um aparelho de Estado em regime de austeridade fiscal (O EMPREITEIRO, 1980).

Apesar de Delfim não ser formalmente empresário, durante o exercício de funções no aparelho de Estado, ele parece ter se tornado “sócio” de empreendimentos privados. Atuando às vezes de forma informal e ilegalmente, o ministro facilitava determinados trâmites para algumas empresas e cobrava comissões para remuneração de seu ‘serviço’ em prol das firmas beneficiadas. Mesmo nesse quesito, o ministro favorecia particularmente empresas de São Paulo, como a Camargo Corrêa, para quem ele atuava obtendo financiamentos e equipamentos internacionais. Essas ações suas levaram o ministro Afonso Augusto de Albuquerque Lima a chamá-lo de “ladroão” (GASPARI, 2003, p. 273-274) e, durante sua gestão na Fazenda, o empresário Azevedo Antunes (ICOMI) assegurava ao general Golbery do Couto e Silva que o ministro trapaceava em negócios da carne, favorecendo determinados frigoríficos. Eugênio Gudim afirmava que ele manipulava o preço da cesta de alimentos, de modo a mascarar o cálculo do custo de vida e da inflação, e segundo Golbery, “o Gordo é um ditador. Não

tem escrúpulos em usar o poder. O Gordo faz misérias [...] para proteger ou para massacrar” (GASPARI, 2003, p. 274). Mesmo quando foi embaixador em Paris (1974-1979), Delfim esteve envolvido em denúncias de intermediação de negócios e cobrança de propinas, no chamado relatório Saraiva (GRAEL, 1985).

Delfim Netto como sócio de projetos privados, o caso do relatório Saraiva:

245

De todos os casos de pagamento de propina na ditadura, o mais famoso foi o relatório Saraiva. Na denúncia, feita pelo coronel Raimundo Saraiva Martins, o então embaixador Delfim Netto foi acusado de receber comissão para intermediar o financiamento e fornecimento de equipamentos para a usina hidrelétrica de Água Vermelha, construída pela Camargo Corrêa. As irregularidades começaram antes da licitação, com a premeditação pelo então ministro da empresa responsável pela obra. Em 1973, o general Figueiredo assim falou a Golbery do Couto e Silva:

Eu tive uma documentação que eu levei para o presidente há uns meses atrás, do Delfim, de que antes da concorrência, aquela da Água Vermelha, ele afirmava a um grupo francês que queria entrar no financiamento, de que a firma construtora seria a Camargo Corrêa. Antes da concorrência. Então está aí, na cara. É Camargo Corrêa, é Bradesco, é tudo a mesma panela. (GASPARI, 2003, p. 273)

Antes da concorrência da Cesp, o ministro da Fazenda fazia contatos com agentes financeiros e industriais franceses para fornecer crédito e equipamentos para a hidrelétrica. Por essa intermediação, Delfim teria cobrado 6% de comissão, US\$ 6 milhões, o que mostra que a cota-parte dos serviços computados como custo final da obra não eram tão reduzidos. Apesar da denúncia de Figueiredo, o caso não veio a público então. Outra intermediação de Delfim, em 1975, na condição de embaixador do Brasil na França, gerou conflito em torno dos números do negócio e levou às acusações públicas.

No início de 1976, o adido militar na embaixada brasileira em Paris, Raimundo Saraiva, foi procurado por dois diplomatas da representação. Guy Vasconcellos e Fernando Fontoura afirmaram que desejavam que Saraiva os acompanhasse para uma conversa com Jacques Broissia, diretor do banco Crédit Commercial de France e parente de casamento do presidente da França, Giscard D'Estaing. Broissia tinha a promessa de ser agraciado com a ordem do Rio Branco e, não só não o foi, como foi cortado da lista de convidados especiais da embaixada brasileira. O banqueiro relatou aos três funcionários da embaixada irregularidades em negociações francesas com o Brasil e pagamento de comissões ao 'grupo Delfim', sendo US\$ 6 milhões por equipamentos de Água Vermelha pagos em conta na Suíça em nome de Delfim e de dois assessores, José Maria Vilar de Queiroz e Carlos Alberto Andrade Pinto. Depois, o banco rejeitou a proposta de Delfim de pagamento de US\$ 60 milhões para intermediação de financiamento de equipamentos para Tucuruí, avaliados em US\$ 1 bilhão. Broissia disse não ter relatado o caso antes porque era ano eleitoral no país e ele não queria comprometer o seu parente. O coronel preparou o "relatório Saraiva" e o denunciou para advogados, militares e políticos da oposição no Brasil, trazendo-o à tona em 1978 no Congresso (GRAEL, 1985).

No início dos anos 80, o assunto veio novamente a público com a CPI da Dívida Externa e Acordo com o FMI. Em um primeiro depoimento, o militar, que trabalhava em uma empresa financeira, não divulgou nada, dando apenas sinais das informações que possuía:

O Relator – V. Sa. ouviu alguma vez referências a problemas de comissões recebidas pelos brasileiros no caso desse financiamento de Tucuruí e também a respeito de outros financiamentos, como, por exemplo, para a Hidrelétrica de Água Vermelha? V. Sa. alguma vez ouviu algum tipo de comentário em torno desses assuntos?

O Depoente – Dentro da Embaixada brasileira, eu nunca ouvi esses comentários. Agora, uma vez numa reunião, eu ouvi um cidadão falando num tal de "diz pour cent". Eu não sei ao que ele se referia.

O Relator – Coronel, ao ouvir falar de "Mister dez por cento", V. Sa. teve alguma idéia, na hora, de quem poderia ser?

O Depoente – Eu não liguei essa expressão a nenhuma pessoa. (GRAEL, 1985, p. 32)

O relator, Sebastião Nery, e outros deputados, não conseguiram obter nenhuma informação do coronel nesse interrogatório, já que ele temia represálias da empresa na qual trabalhava.

Dias depois, o coronel Dickson Grael, próximo de Saraiva, foi à CPI e contou o que o ex-adido o havia relatado. Depuseram ainda na CPI o general Sylvio Frota, que recebera o relatório Saraiva quando fora ministro, e o ex-adido militar em Berna, general Etchegoyen, que afirmou sobre atividades financeiras de brasileiros na Suíça: “comentava-se que um grande número de brasileiros possuíam contas sigilosas em diversos bancos suíços” e que o Crédit Suisse “tinha chegado ao requinte de decorar uma sala com motivos folclóricos da Bahia para agradar seus clientes brasileiros.” (GRAEL, 1985, p. 53)

Os assessores de Delfim também foram à CPI e José Maria Vilar de Queiroz, em seu depoimento, acusou Saraiva de “pigmeu moral” e Mariza Tupinambá de Oliveira de “mundana”. Tupinambá trabalhava no serviço cultural da embaixada e fez a intermediação entre Broissia e os diplomatas da representação, sendo por isso demitida por Delfim. Foi morar em Londres, sob a proteção do embaixador Roberto Campos, onde recebia mesada de £ 700 da empreiteira Odebrecht, por ter ajudado a fazer a denúncia que recaiu sobre a rival, a Camargo Corrêa (GASPARI, 2004).

Em 4 de setembro de 1984, Saraiva depôs novamente na CPI e dessa vez relatou tudo o que sabia. Disse ter feito a denúncia ao ministro Shigeaki Ueki e esse teria dito que já sabia. Relatou também que os banqueiros franceses não aceitaram a proposta de Delfim em Tucuruí por considerar 6% uma comissão muito elevada (GRAEL, 1985).

As denúncias de militares com informações de ilegalidades e contra o “comportamento moral” do ministro datavam desde 1968, quando o general Albuquerque Lima repassava a Médici, no SNI, denúncias que tinha e recebia. Apesar das acusações obtidas pelo SNI nos períodos Médici e Figueiredo, ambos mantiveram Delfim ministro quando eram presidentes, transformando-o em super-ministro nas duas situações. O motivo parece ser claro: Delfim não era mantido por nenhum *lobby* ou

poder militar detido na caserna, mas por ser representante do empresariado brasileiro, em particular o sediado em São Paulo, sendo intocável em uma ditadura pretensamente “militar”.

O episódio do relatório Saraiva parece iluminar uma questão que é suscitada quando nos debruçamos acerca da figura de Delfim Netto, que diz respeito à sua posição de classe. Formalmente, Delfim era um funcionário público que desempenhou as funções de professor de uma universidade pública, secretário de Estado, ministro e embaixador, além de ter cumprido a função de deputado federal após a ditadura em seguidas ocasiões. No entanto, toda a relação que ele mantinha com as empresas com as quais tinha contato e a forma como era remunerado por esses grupos pelos serviços prestados, seja de forma legal ou irregular, colocam-no como sócio de alguns projetos privados, posicionando-o como virtual integrante do empresariado brasileiro, apropriando-se da mais-valia gerada nessas empresas, muitas vezes alimentada pelo fundo público em diversas ocasiões. Isso só corrobora a condição de intelectual orgânico de Delfim, tendo em vista que, como assinala Gramsci (2006 [1932]), é preferencial que o intelectual orgânico componha a classe da qual ele é intelectual, organizando suas ideias, valores e concepções de mundo, apesar de isso nem sempre ocorrer. Parece que, nesse caso, Delfim, em certa medida, compunha a classe dominante brasileira, tendo em vista que ele desenvolvia negócios em sociedade com empresas e empresários e enriqueceu bastante assim, a ponto de ter montado uma das maiores bibliotecas privadas do país, com mais de 88 mil volumes recentemente doados à USP (USP, 2008).

É interessante notar que a relação de sociedade com empresários, e particularmente com empreiteiras, não se esgotou com o fim da ditadura. Pelo contrário, ela teve continuidade após o regime e o ex-ministro foi recentemente intimado a se explicar sobre a denúncia de que ele, com sua empresa de consultoria, teria sido um dos responsáveis pela montagem do consórcio vencedor da licitação para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, acusação que Delfim Netto não negou (ISTOÉ, 2018).

Em vias de conclusão:

Os estudos sobre a atuação do empresariado na ditadura brasileira guardam alguns trabalhos clássicos realizados durante a vigência do regime, como os de René Armand Dreifuss (1981), Renato Raul Boschi (1979), Ary Minella (1988) e Sebastião Velasco e Cruz (1995), dentre outros. Recentemente, o problema foi revisitado por especialistas, sobretudo historiadores. Assim, pesquisas como as de Elaine Bortone (2018), Rafael Moraes (2010; 2018), Ana Carolina Moraes (2019), João Braga Arêas (2015), Marcelo Almeida Carvalho Silva (2018), Jorge José de Melo (2012), Elisandra Galvão (2020) e outros mais revelaram novos matizes da adesão empresarial ao regime ditatorial brasileiro, reforçando a importância da participação do empresariado para a sustentação política do regime de exceção brasileiro². Um dos veios possíveis para a melhor compreensão da atuação da classe dominante durante a ditadura brasileira se dá com o estudo dos seus representantes e intelectuais orgânicos, em particular os que ocupavam posições em agências no interior do aparelho de Estado e eram responsáveis pela implementação de políticas públicas. Assim, o enfoque de casos como Antônio Delfim Netto e outros parece ser um caminho interessante para se seguir e ampliar o conhecimento acerca do poder que o empresariado possuía durante a ditadura brasileira.

Na apresentação sumária da trajetória de Delfim Netto durante a ditadura, pode-se verificar que ele era um representante direto do empresariado brasileiro, em especial o industrial e o paulista, assumindo também funções de intelectual orgânico, que organizava os interesses e valores dessa fração de classe, em posição de liderança sobre outras frações. A burguesia industrial paulista tinha como importante elemento constitutivo o grupo dos empreiteiros de obras públicas e Delfim, em várias decisões, beneficiou o setor, como na ampliação das verbas para investimentos em obras e na reserva do mercado nacional às empreiteiras brasileiras, para além dos favorecimentos individuais a empresas como a Camargo Corrêa. Os negócios de Delfim evidenciam

² Um balanço sobre as investigações realizadas sobre a interface entre a classe empresarial e a ditadura brasileira foi realizado por Campos, Lemos e Brandão (2020).

também que ele mantinha atividades de associação a projetos privados usando de sua posição no aparelho estatal. O ministro absorvia uma cota-parte da mais-valia gerada na produção, o que o caracteriza como um sócio dos negócios empresariais mantidos durante a ditadura civil-militar.

O poder de Delfim em suas gestões como ministro e a certa intocabilidade das áreas sob sua responsabilidade por outros agentes do aparelho de Estado, inclusive militares e o presidente da República, eram expressão do poder central que o empresariado detinha na ditadura, corroborando a tese de que se tratava de um regime civil-militar. Esse elemento civil do sistema político era composto predominantemente por segmentos empresariais, com posição privilegiada em largos períodos para a fração industrial paulista, que se reunia em torno da figura de Delfim. Sobre esse aspecto, o ex-ministro deu o seguinte testemunho recente: “Eliane Oliveira: Como era administrar a economia do país na ditadura militar? Delfim: Nunca entrou no meu gabinete um oficial fardado. As ligações entre as forças armadas e os ministros da área econômica eram feitas através do presidente da República” (O GLOBO, 2012 – grifo nosso). Vê-se aí o grau de autonomia e autoridade de Delfim, que são a própria expressão do poder e independência do empresariado no pacto político da ditadura.

Concluindo e corroborando a relevância de se estudar o empresariado para entender a ditadura brasileira, percebemos que essa relação chegou ao ponto da completa identificação desse segmento social com o regime, como se vê na frase de Mário Henrique Simonsen: “Chegaram a dizer que o Governo pretende castigar o empresariado paulista. Ora, isto significaria uma forma de masoquismo quase absoluto. Imagine se vamos fazer uma retaliação contra São Paulo. Isto seria cuspir para o alto” (FOLHA DE S. PAULO, 1977, p. 1 – grifo nosso).

Referências citadas:

- ALMEIDA, Márcio. Estado e Energia Elétrica em São Paulo: CESP, um estudo de caso. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1980.
- ARÊAS, João Braga. As Batalhas de O Globo: ditadura militar, Lula x Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002. Curitiba: Prismas, 2015.
- ATTUCH, Leonardo. Saddam, Amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-74. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luiz Felipe L.; REGO, José Marcio (org.). Conversas com Economistas Brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraoponto, 1996.
- BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- BOSCHI, Renato Raul. Elites Industriais e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BRASIL. Decreto 64.345 de 10 de abril de 1969. Institui normas para a contratação de serviços, objetivando o desenvolvimento da Engenharia nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D64345.htm
- CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. Estado e Empreiteiros no Brasil: uma análise setorial. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "Estranhas Catedrais": as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro. 2ª ed. São Paulo: EdSENAC-SP, 2001.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo, 1974-1977. Campinas / São Paulo: EdUnicamp / Fapesp, 1995.
- DELFIN Netto, Antonio. "Fala na Ata da Quadragésima Terceira Reunião do Conselho de Segurança Nacional" apud GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DODT, Stefanie; ADERS, Thomas. Cúmplices: a Volkswagen e a ditadura militar no Brasil. Filme. 44 minutos. Alemanha: 2017. Disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=1iWmAmvNMNg>
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

- FEVEREIRO, José Luís. 1968: o ano I do “milagre econômico” da ditadura. In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe (org.). Meio Século de 1968: barricadas, história e política. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018, p. 153-163.
- FOLHA DE S. PAULO. 1977. Edição de 12 de fevereiro de 1977, página 1.
- FOLHA DE S. PAULO. 2013. Reportagem "Delfim diz que não se arrepende de ter assinado o AI-5", por Patrícia Britto, em 25/06/2013. Disponível no endereço: <http://www.folha.uol.com.br/> acessado em 13 de setembro de 2013.
- FUNDAÇÃO João Pinheiro (FJP). Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984. vol. 2.
- GALVÃO, Elisandra. A Política na CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado. Tese de doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2020.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (2002A).
- GOMES, Ângela de Castro (org.). Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: EdFGV, 1994.
- GRAEL, Dickson M. Aventura, Terrorismo e Corrupção: à sombra da impunidade. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. vol. 2: Os intelectuais; o princípio educativo; o jornalismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 [1932].
- HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. Um Estudo sobre o Pensamento Econômico de Delfim Netto. Dissertação de mestrado em História econômica. São Paulo: USP, 2017.
- ISTOÉ. 2018. “Delfim levou R\$ 15 milhões de propina por Belo Monte, diz Lava Jato”. Disponível no endereço: <https://istoe.com.br/delfim-netto-levou-r-15-mi-de-propina-por-belo-monte-diz-lava-jato/> acesso em 7 de fevereiro de 2020.
- JOFFILY, Mariana. O Centro da Engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirantes e do DOI de São Paulo. Tese de doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- KLÜGER, Elisa. Mario Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto: socializações desiguais, carreiras análogas, modalidades díspares de exercício do poder. Dados – Revista de Ciências Sociais. Dez. 2018, vol. 61, n. 4, p. 301-339.
- LOUREIRO, Maria Rita. Economistas no Governo. Rio de Janeiro: EdFGV, 1997.
- MACEDO, Robero. Antonio Delfim Netto: pensamento econômico no Brasil contemporâneo. Estudos Avançados. Vol. 15, n. 43, set.-dez./2001, p. 375-388.
- MAGALHÃES, Viviane de Fátima. Antônio Delfim Netto: trajetória acadêmica, interface junto ao empresariado e atuação como ministro da ditadura de um intelectual

orgânico da burguesia brasileira (1948-1973). Dissertação de mestrado em História. Seropédica: UFRRJ, 2019.

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. 5a ed. Petrópolis: Vozes, 1990 [1984].

MARINELI, Felipe. O Pensamento de Antônio Delfim Netto e o Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973). Dissertação de mestrado em História econômica. São Paulo: USP, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1846].

MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; CORRÊA; Maria Letícia. Verbetes “Delfim Netto”. In: ABREU, Alzira Alves, BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (org.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. São Paulo: Edunesp, 2017

MAESTRI, Mário. “Submissão e autonomia: apontamentos sobre a gênese, formação e crise do Estado nacional no Brasil”. In: MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Historiografia no Brasil. Niterói: Eduff, 2006, p. 99-134.

MELO, Jorge José de. Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Capítulo 1 – Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). História: pensar & fazer. Rio de Janeiro: Laboratório de Dimensões da História, 1998. p. 13-32.

MENDONÇA, Sônia Regina da. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MINELLA, Ary César. Banqueiros: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / Anpocs, 1988.

MORAES, Ana Carolina Reginatto. A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988). Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

MORAES, Rafael. Os Governos João Goulart e Castello Branco vistos pela Fiesp: uma análise da relação entre o Estado e o empresariado industrial. Dissertação de mestrado em Economia. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MORAES, Rafael. O Governo Castello Branco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: as bases do Milagre (1964-1967). *América Latina en la Historia Económica*, v. 23, p. 64-90, 2016.

MORAES, Rafael. O Canto do Cisne do Desenvolvimentismo Brasileiro: uma análise das relações do empresariado industrial com o Estado do II PND à crise dos anos 1980. Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico. Campinas: Unicamp, 2018.

- MOURA, Flávio; MONTEIRO, Paula. (org.). Retrato do Grupo: 40 anos do Cebrap. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- O EMPREITEIRO. Revista O Empreiteiro. Edição de outubro de 1980, no 153.
- O EMPREITEIRO. Revista O Empreiteiro. Edição de maio de 1981, no 161.
- O ESTADO DE S. PAULO. 2013. Reportagem "À Comissão da Verdade, Delfim afirma que desconhecia práticas de tortura no País: em depoimento ao colegiado da Câmara de Vereadores de São Paulo, ex-ministro negou saber sobre financiamento de órgãos da repressão por empresários", por Roldão Arruda, em 25/06/2013. Disponível no endereço: <http://www.estadao.com.br/> acessado em 13 de setembro de 2013.
- O GLOBO. Entrevista com Delfim Netto. Edição de 2 de setembro de 2012, p. 27.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Crítica da Razão Dualista. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972].
- OLIVEIRA, Francisco de. "Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil, 1950-1976". In: A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 76-113.
- OLIVEIRA, Leandro Mendes de. Políticas Estatais e Meios de Transporte no Brasil: estudo de caso sobre o desmantelamento do trecho ferroviário da Linha Auxiliar Japeri – Miguel Pereira (1957-1980). Dissertação de mestrado em História. Seropédica: UFRRJ, 2019.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. "O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. (org.). O Brasil Republicano. Vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 209-241.
- QUINTELLA, Wilson. Memórias do Brasil Grande: a história das maiores obras do país dos homens que as fizeram. São Paulo: Saraiva / Vigília, 2008.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2006.
- ROSA, Waldeir Moreno. A Práxis de Antônio Delfim Netto no Reordenamento Político-econômico da Ditadura Bonapartista: ideólogo orgânico da autocracia burguesa. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2015.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização, 1964-1984". In: LINHARES, Maria Yedda Leite (org.). História Geral do Brasil. 9a ed. atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1990]. p. 351-384.
- SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Estudos Organizacionais e Ditadura Brasileira: a normalização da violação dos direitos humanos por empresas durante o regime militar brasileiro. Tese de doutorado em Administração. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.
- SINGER, Paul Israel. A Crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

USP. 2008. “Acervo Delfim Netto guarda preciosidades em forma de livros”. *Jornal da USP*. Disponível no endereço: <https://jornal.usp.br/cultura/acervo-delfim-netto-guarda-preciosidades-em-forma-de-livros/> acesso em 7 de fevereiro de 2020.

VALOR Econômico. Edição de 21 de maio de 2005.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”: o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987.

VISÃO. 1969. Uma briga de gigantes. *Revista Visão*. Edição de 9 de maio de 1969 apud VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”: o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 169-70.

VISÃO. 1969A. *Revista Visão*. Edição de 23 de maio de 1969 apud VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A Administração do “Milagre”: o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 170.

Data de Submissão: 09/03/2020

Data da Avaliação: 15/05/2020